



Treaty Series No. 45 (1938)

AGREEMENT

between the Government of the United Kingdom and
the Government of the Portuguese Republic
regulating the

COMMERCIAL RELATIONS

between

SWAZILAND, BASUTOLAND AND
THE BECHUANALAND PROTECTORATE

and the

PORTUGUESE COLONY OF MOZAMBIQUE

Lisbon, May 11, 1938

*Presented by the Secretary of State for Foreign Affairs
to Parliament by Command of His Majesty*

LONDON

PRINTED AND PUBLISHED BY HIS MAJESTY'S STATIONERY OFFICE

To be purchased directly from H.M. STATIONERY OFFICE at the following addresses:
York House, Kingsway, London, W.C.2; 120 George Street, Edinburgh 2;
26 York Street, Manchester 1; 1 St. Andrew's Crescent, Cardiff;
80 Chichester Street, Belfast;
or through any bookseller

1938

Price 2d. net.

Cmd. 5807

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND AND THE GOVERNMENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC, REPLACING THE COMMERCIAL AGREEMENT BETWEEN MOZAMBIQUE AND THE SOUTH AFRICAN HIGH COMMISSION TERRITORIES OF THE 13TH/18TH FEBRUARY, 1930.

Lisbon, May 11, 1938.

THE Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of the Portuguese Republic desiring to revise the terms of the Agreement⁽¹⁾ regulating the commercial relations between Swaziland, Basutoland and the Bechuanaland Protectorate (hereinafter referred to as "the Territories") on the one hand, and the Colony of Mozambique, on the other, signed at Capetown on the 13th February, 1930, and at Lourenço Marques on the 18th February, 1930, by the High Commissioner for South Africa and the Governor-General of Mozambique, respectively, have agreed as follows:—

ARTICLE 1.

The Governments of the Territories and the Government of Mozambique shall grant to each other reciprocally the treatment of the most-favoured-nation, as hereinafter stated:—

The products of the soil or of the industries of the Territories shall, on importation into Mozambique, and, *vice versa*, the products of the soil or of the industries of Mozambique shall, on importation into the Territories, not be subject to other or higher duties or charges than those which are or may be levied on the like products of any other country; provided that:—

- (a) products of the Territories, on importation into Mozambique, shall not be entitled to the customs privileges which are or may hereafter be accorded by Mozambique to the products of Portugal, Madeira, the Azores, and the Portuguese colonies;
- (b) products of Mozambique shall not be entitled to such minimum rates or rebates as, under the legislation of the Territories, are or may hereafter be granted in respect of products of Great Britain and Northern Ireland and the British Dominions, Colonies, or Possessions when imported therefrom for consumption within the Territories;

(1) "Treaty Series No. 34 (1930)," Cmd. 3676.

ACÔRDO ENTRE O GOVÊRNO DA REPUBLICA PORTUGUÊSA E O GOVÊRNO DO REINO- UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE, QUE SUBSTITUE OF ACÔRDO COMERCIAL ENTRE MOÇAMBIQUE E OS TERRITORIOS DO ALTO COMISSARIADO SUL-ÁFRICANO DE 13/18 DE FEVEREIRO DE 1930.

Lisbôa, 11 de Maio de 1938.

O Govêrno da Republica Portuguesa e o Govêrno do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte desejando revêr os termos do Acôrdo que regula as relações comerciais entre a Colonia de Moçambique, por um lado, e a Suazilândia, Basutolândia e o Protectorado da Bechuanalândia (adiante designados pela expressão "os Territorios"), por outro, assinado na Cidade do Cabo em 13 de Fevereiro de 1930 e em Lourenço Marques em 18 de Fevereiro de 1930, respectivamente, pelo Alto Comissario da Africa do Sul e pelo Governador Geral de Moçambique, concordaram no seguinte:—

ARTIGO 1°.

O Govêrno de Moçambique e os Govêrnos dos Territorios conceder-se-hão reciprocamente o tratamento da nação mais favorecida, nas seguintes condições:—

Os produtos do solo ou das industrias de Moçambique importados nos Territorios e, reciprocamente, os produtos do solo ou das industrias dos Territorios importados em Moçambique não serão sujeitos a outros ou a mais elevados direitos ou encargos do que os que incidem ou possam vir a incidir sôbre produtos similares de qualquer outro país, salvas as seguintes excepções:—

- (a) Os produtos dos Territorios quando importados em Moçambique não gozarão do tratamento especial que Moçambique concede ou possa vir a conceder aos produtos de Portugal, da Madeira, dos Açôres e das colonias portuguesas;
- (b) Os produtos de Moçambique não beneficiarão das pautas minimas nem dos bonus (rebates) que os Territorios concedem ou possam vir a conceder aos produtos da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e das Colonias e possessões ou Dominios britânicos, quando dali importados para consumo nos mesmos Territorios;

- (c) products of Mozambique shall not be entitled to the privileges accorded to the products of the Union of South Africa and of Southern and Northern Rhodesia, by virtue of the customs agreements now existing or agreements of a like nature hereafter concluded between the Governments of the Territories and of the said countries;
- (d) the levying of dumping duties by either the Governments of the Territories or the Government of Mozambique in the interest of an industry established within the Territories or the Union of South Africa or within Mozambique as the case may be, shall not be deemed to be incompatible with the provisions of this Agreement.

ARTICLE 2.

All products of the soil or of the industries of the Territories passing in transit through Mozambique, and all products of the soil or of the industries of Mozambique passing in transit through the Territories, shall be exempt from transit, export or re-export duties in Mozambique and the Territories respectively, but shall remain liable to port charges, and, in the case of Mozambique, to the tax known as the commercial contribution, to lighthouse dues and stamp duties, subject to the following reservations:—

- (a) The transit through or re-exportation from Mozambique of minerals of all kinds, including coal for bunkers, being the products of the Territories, shall be free of customs duties or any other taxes whatsoever in Mozambique;
- (b) the transit through or re-exportation from Mozambique of gold coin to or from the Territories shall be free of customs duties and any other taxes whatsoever in Mozambique.

ARTICLE 3.

(a) Goods of any origin, and whatever the nationality of the owner, passing in transit through or re-exported from the district of Lourenço Marques and destined for the Territories shall be free of all transit and re-export duties in Lourenço Marques, except the commercial contribution, lighthouse dues, and stamp duties;

(b) Goods of any origin, and whatever the nationality of the owner, passing in transit through or re-exported from the Territories and destined for Mozambique shall be free of all transit and re-export duties in the Territories.

ARTICLE 4.

Goods of any origin, and whatever the nationality of the owner, arriving in the district of Lourenço Marques from the Territories

- (c) Os produtos de Moçambique não beneficiarão do tratamento especial concedido pelos Territorios aos produtos da União da Africa do Sul, da Rodésia do Sul e da Rodésia do Norte, por virtude dos acordos aduaneiros existentes ou de acordos semelhantes que de futuro venham a concluir-se entre os Governos dos Territorios e os dos ditos países;
- (d) Não é incompatível com as disposições do presente Acôrdo o lançamento de sobretaxas aduaneiras (dumping duties), tanto por parte de Moçambique como dos Territorios, com o fim de proteger as industrias estabelecidas em Moçambique e nos Territorios ou na União da Africa do Sul.

ARTIGO 2°.

Os produtos do solo ou das industrias de Moçambique, em trânsito pelos Territorios, e os produtos do solo ou das industrias dos Territorios, em trânsito por Moçambique, serão isentos de direitos de trânsito, de exportação e de reexportação nos Territorios e em Moçambique respectivamente, mas ficarão sujeitos aos encargos do porto e, além destes, em Moçambique, à contribuição comercial, ao imposto de farolagem e de sêlo, reservando-se contudo o seguinte:—

- (a) O trânsito ou reexportação, por Moçambique, de minerios de todas as qualidades, originarios dos Territorios, incluindo carvão para consumo dos navios, que serão isentos de direitos alfandegarios e de quaisquer outras taxas em Moçambique;
- (b) O trânsito ou reexportação, por Moçambique, de ouro amoeado procedente dos Territorios ou a eles destinado, que serão isentos de direitos alfandegarios e de quaisquer outras taxas em Moçambique.

ARTIGO 3°.

(a) As mercadorias, seja qual fôr a sua origem e a nacionalidade do seu proprietario, em trânsito ou reexportação pelo distrito de Lourenço Marques, com destino aos Territorios, são isentas de quaisquer direitos de trânsito ou de reexportação em Lourenço Marques, mas ficam sujeitas à contribuição comercial e aos impostos de farolagem e de sêlo;

(b) As mercadorias, seja qual fôr a sua origem e a nacionalidade do seu proprietario, em trânsito ou reexportação pelos Territorios com destino a Moçambique, são isentas nos Territorios de quaisquer direitos de trânsito ou de reexportação.

ARTIGO 4°.

As mercadorias, seja qual fôr a sua origem e a nacionalidade do seu proprietario, que vierem dos Territorios, por via terrestre, para

by land for shipment from Lourenço Marques, shall be free of all transit and re-export duties, except lighthouse dues and stamp duties.

ARTICLE 5.

(1) Goods coming out of customs warehouses and out of bonded warehouses within the district of Lourenço Marques shall be admitted into the Territories upon payment of the duties in force in the Territories at the time of entry thereto, *ad valorem* duties to be assessed on the value of the goods in the country whence exported to Lourenço Marques at the time of exportation.

(2) Such goods shall be exempt in Lourenço Marques from the payment of any transit or re-export duties, except port charges, the commercial contribution and stamp duties.

(3) Importers of such goods into the Territories will be required to produce sufficient evidence to satisfy the customs authorities as to their value, and also to furnish any other information which may be required for the protection of the revenue of the Territories.

ARTICLE 6.

(1) The Governments of the Territories and the Government of Mozambique shall not impede the mutual trade between the Territories and Mozambique by the imposition of any prohibition or special restrictions upon imports into or exports from the respective countries but exceptions may be made:—

- (a) in consideration of the public safety, or public health, and on moral or humanitarian grounds;
- (b) in consideration of the protection of animals and plants against disease, insects and harmful parasites, or for their preservation from degeneration or extinction;
- (c) in respect of arms, ammunition and implements of war, and, in exceptional circumstances, other military supplies;
- (d) in respect of the export of national treasures of artistic, historic or archaeological value;
- (e) in respect of goods which are or may be objects of a State monopoly;
- (f) in respect of prison—or penitentiary—made goods;
- (g) in extending to imported products the prohibitions or restrictions which are or may be imposed in respect of the production, sale, transport or consumption of similar local products;
- (h) in subjecting the exportation of their products to certain conditions with a view to ensuring the quality and preserving the reputation of those products, and, at the same time, offering a guarantee to the foreign purchaser;

o distrito de Lourenço Marques a fim de serem embarcadas em Lourenço Marques, serão isentas de quaisquer direitos de trânsito e de reexportação, mas fijeitas aos impostos de farolagem e de sêlo.

ARTIGO 5°.

(1) As mercadorias, que sairem dos armazens da alfandega ou dos armazens alfandegados do distrito de Lourenço Marques para entrarem nos Territorios, ficarão sujeitas aos direitos de importação que ali estiverem em vigôr à data da sua entrada, sendo os direitos *ad valorem* calculados sôbre o valor das mercadorias no país exportador na data em que foram exportadas para Lourenço Marques.

(2) As mercadorias acima referidas serão isentas em Lourenço Marques de quaisquer direitos de trânsito ou de reexportação, ficando contudo sujeitas ao pagamento dos encargos do porto, da contribuição comercial e do imposto do sêlo.

(3) Os importadores destas mercadorias nos Territorios terão de apresentar prova bastante acêrca do seu valor que satisfaça as alfandegas dos Territorios, devendo tambem prestar todas as informações que lhes forem exigidas para salvaguarda das receitas dos Territorios.

ARTIGO 6°.

(1) O Govêrno de Moçambique e os Govêrnos dos Territorios não porão impedimentos ao intercambio comercial entre Moçambique e os Territorios pela imposição de proibições ou restrições especiais às importações ou exportações dos respectivos países, reservando-se porém fazê-lo quando se trate de:—

- (a) Segurança pública e saúde pública e motivos de ordem moral e humanitária;
- (b) Protecção de animais e de plantas contra doenças, insectos e parasitas nocivos, ou para evitar a sua degenerescencia ou extinção;
- (c) Armas, munições e material de guerra e, em circumstancias excepcionais, outros artigos militares;
- (d) Exportação de tesouros nacionais de valor artistico, historico ou archeologico;
- (e) Mercadorias que sejam ou venham a ser monopolizadas pelo Estado;
- (f) Mercadorias fabricadas nas prisões ou penitenciarías;
- (g) Importação de mercadorias cuja produção, venda, transporte ou consumo no país importador seja ou venha a ser proibida ou limitada;
- (h) Sujeitar a exportação dos seus produtos a certas condições, com o fim de garantir a sua qualidade e manter a sua reputação, oferecendo ao mesmo tempo uma garantia aos compradores estrangeiros.

provided that such prohibitions or restrictions are applied at the same time and in the same manner and to the same extent to other countries in regard to which like grounds for applying such measures exist, and provided further that they do not constitute a disguised restriction on the mutual trade.

(2) In the event of circumstances arising which may render it necessary to impose upon imports any prohibitions or restrictions not covered by Section (1) of this Article the Governments of the Territories and the Government of Mozambique shall not without prior notice impose any prohibitions or restrictions which will place the products of Mozambique or of the Territories in any less favourable position than the products of any other country excepting the countries specified in sub-sections (a), (b) and (c), respectively, of Article 1.

ARTICLE 7.

With respect to the provisions of this Agreement the Governments of the Territories and the Government of Mozambique shall—

- (a) adopt all measures and enact all laws that may be necessary for the exact fulfilment of the Articles herein contained;
- (b) not adopt measures and not enact laws annulling or diminishing its effects.

ARTICLE 8.

Any dispute that may arise relative to the interpretation or the carrying out of the Agreement, and that cannot be settled by direct negotiations between the Contracting Governments shall be submitted to arbitration and to this end the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland will appoint as Arbiter the Judicial Commissioner in Basutoland and President of the Special Courts of the Bechuanaland Protectorate and Swaziland, and the Portuguese Government the Judge President of the Court of Appeal of Mozambique. If the Judges aforesaid are unable to reach a joint decision they shall together elect an umpire. If no appointment can be mutually agreed upon by them, the President of the Permanent Court of International Justice at The Hague shall be requested to make the necessary appointment. The procedure shall be *ex æquo et bono*, and in accordance with the terms of submission to be agreed upon in respect of each particular case.

ARTICLE 9.

The present Agreement shall replace the agreement regulating commercial relations between Swaziland, Basutoland and the Bechuanaland Protectorate, on the one hand, and Mozambique, on the other hand, signed at Capetown on the 13th February, 1930,

As medidas proibitivas ou restrictivas acima mencionadas só poderão adoptar-se quando forem applicadas ao mesmo tempo, da mesma forma e com a mesma amplitude a outros países, em relação aos quais existam os mesmos motivos para a sua applicação, e contanto que não constituam uma restrição dissimulada ao intercambio entre Moçambique e os Territorios.

(2) No caso de surgirem circunstancias que possam tornar necessaria a applicação às importações de quaisquer restrições ou proibições não comprehendidas na secção primeira dêste artigo, o Govêrno de Moçambique e os Govêrnos dos Territorios não imporão, sem prévio aviso, proibições ou restrições que coloquem os productos dos Territorios ou de Moçambique em situação desfavoravel em relação aos productos de qualquer outro país, exceptuando os países especificados nas alíneas (a), (b) e (c) do Artigo 1º do presente Acôrdo.

ARTIGO 7º.

Em relação às disposições dêste Acôrdo, o Govêrno de Moçambique e os Govêrnos dos Territorios :

- (a) adoptarão todas as medidas e promulgarão todas as disposições legais necessarias para o seu exacto cumprimento;
- (b) não adoptarão medidas nem promulgarão disposições legais que anulem ou diminuam os seus efeitos.

ARTIGO 8º.

Todas as divergencias que se suscitarem relativamente à interpretação ou à execução dêste Acôrdo, e que não possam ser resolvidas por negociações directas entre os Govêrnos Contractantes serão submetidas a arbitragem, nomeando o Govêrno Português para êsse efeito seu arbitro o Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Moçambique e o Govêrno do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte o Comissario Judicial da Basutolândia e Presidente dos Tribunais Especiais do Protectorado da Bechuanalândia e da Suazilândia. Se os referidos Juizes não chegarem a acôrdo, escolherão um arbitro de desempate e se não houver entendimento sôbre esta escolha, solicitar-se-ha do Presidente do Tribunal Permanente de Justiça Internacional da Haia que faça a necessaria nomeação. O julgamento far-se-ha *ex æquo et bono* e nos termos do compromisso arbitral que se celebrará para cada caso.

ARTIGO 9º.

O presente Acôrdo substitue o acôrdo que regula as relações comerciais entre Moçambique, por um lado, e a Suazilândia, Basutolândia e o Protectorado da Bechuanalândia, por outro, assinado, respectivamente, na Cidade do Cabo em 13 de Fevereiro de 1930 e

and at Lourenço Marques on the 18th February, 1930, respectively. It shall come into force on the date of signature and shall remain in force until the 10th September, 1938. If neither Contracting Government shall have given notice three months before the 10th September, 1938, of its intention to terminate the present Agreement on that date, it shall continue in force until twelve months from the date on which either Contracting Government shall have denounced it; provided that it shall be open to either Contracting Government to call for a revision of its terms, whereupon, in default of mutual agreement, the present Agreement shall lapse six months after the date of the receipt of notice of termination.

In witness whereof the undersigned being duly authorised have signed the present Agreement and have affixed thereto their seals.

Done in duplicate in the English and Portuguese languages both being equally authentic.

(L.S.) ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR.

(L.S.) W. SELBY.

Lisbon, May 11, 1938.

e Lourenço Marques em 18 de Fevereiro de 1930. Entrará em vigôr à data da sua assinatura e vigorará até 10 de Setembro de 1938. Se nenhum dos Governos Contractantes tiver dado aviso, três meses antes de 10 de Setembro de 1938, da sua intenção de denunciar o presente Acôrdo naquela data, continuará ele em vigôr até à expiração de um ano após a data em que qualquer dos Governos Contractantes o tiver denunciado. Qualquer dos Governos Contractantes poderá, porém, solicitar a revisão das suas clausulas, e, não havendo acôrdo sôbre a revisão, o presente Acôrdo expirará seis meses após a data da notificação para êsse efeito.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram o presente Acôrdo e lhe apuzeram os seus sêlos.

Feito em duplicado em portugûes e inglêz, sendo ambos os textos autenticos.

(L.S.) ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR.

(L.S.) W. SELBY.

Lisboa, 11 de Maio de 1938.